

**Expresso** Economia

23-02-2019

Periodicidade: Semanal

Classe:

Informação Geral

Âmbito: 82175 Tiragem:

Temática: Política

Dimensão: 1204 cm

Imagem: Página (s): 6



#### CORRUPÇÃO

# OCDE: polémica ainda vai no adro

## Álvaro Santos Pereira ficou fora da fotografia oficial. Mas vai ser ouvido no Parlamento

Ausente mas omnipresente. Foi assim a participação de Álvaro Santos Pereira, diretor do departamento de estudos sobre países da Organização para a Coopera-ção e o Desenvolvimento Económico (OCDE) na apresentação do muito antecipado Economic

do muito antecipado Economic Survey a Portugal.

Tal como o Expresso tinha avançado, depois do braço de ferro que opôs o Governo português ao ex-ministro da Economia de Pedro Passos Coelho, por causa da análi-se sobre a currunção. Santos se sobre a corrupção, Santos Pereira ficou de fora da cerimónia oficial, que decorreu no Salão Nobre do Ministério da Economia, em Lisboa. Mesmo se liderou a equipa que preparou o documento. Contudo, foi um ator principal da cerimónia. E não só pela sua fotografia na parede, numa galeria que reúne os antigos titulares da pasta. Num evento em que Angél Gurría, secre-tário-geral da OCDE, teceu elogios ao caminho percorrido por Portugal, em tom concili-ador, e Pedro Siza Vieira, mi-nistro-adjunto e da Economia, e Ricardo Mourinho Félix, secretário de Estado-adjunto e das Finanças, manifestarem "satisfação" e autoelogiarem o trabalho do Governo, a ausên-cia de Álvaro Santos Pereira e a questão da corrupção foram notas comuns a todas as per-guntas dos jornalistas (poucas e cortadas), apesar de terem primado pela ausência nas in-

primado pela ausência nas in-tervenções oficiais.

O ex-ministro perdeu o pal-co. Mas vai ganhar outro — ainda maior — já nas próxi-mas semanas. Foi aprovado o requerimento do PSD para ouvir Álvaro Santos Pereira no Parlamento, na comissão de assuntos constitucionais, di reitos, liberdades e garantias, com os votos a favor do PSD e do CDS-PP e a abstenção do BE. Já PS e PCP votaram contra. A audição ainda não tem data marcada, mas, segundo apurou o Expresso, deverá ocorrer em março. A polémica ainda vai no adro.

Um tema incontornável na audição será a razão da ausência de Santos Pereira na cerimónia de Santos Pereira na cerimónia oficial. Questionado pelos jornalistas, Ángel Gurría revelou que tinha sido ele a "sugerir" ao ex-ministro que não estivesse presente. Tudo por causa da fuga de informação sobre a versão preliminar" do estudo sobre Portugal e da polémica que daf decorreu a propósir da análise decorreu a propósito da análise sobre a corrupção.

#### Governo pressiona?

Contudo, o "Observador", citando fonte da OCDE, avançou que o antigo governante não esteve presente porque o Executivo português não permitiu. O mesmo jornal contactou o Ministério dos Negócios Es-trangeiros, com fonte oficial a dizer que "não houve nenhum veto". O Expresso contactou Álvaro Santos Pereira, que não quis prestar declarações.

Certo é que o ex-ministro de Passos Coelho esteve no centro da polémica. Afinal, a escolha dos temas em destaque no relatório - nomeadamente, a relação entre o sistema de Justiça e a atividade económica, no âm-bito do qual é analisada a corrupção — coube à sua equipa. E num Governo que tem sido ensombrado pelas investiga-ções a José Sócrates e a Manuel Pinho, a situação não foi bem digerida. Até porque, segundo o "Observador", a versão preli-minar do documento incluía re-ferências a esses processos, que

rerencias a esses processos, que não constam da versão final. Acresce que Álvaro Santos Pe-reira tem feito várias interven-ções sobre a economia portugue-sa desde que chegou à OCDE,

onde alguns elogios — sobretudo ao Ministério das Finanças convivem com várias críticas. Com destaque para o tema da corrupção e, em particular, a período da governação de José Sócrates. Além de publicações na sua conta pessoal no Twitter, já este mês, no Parlamento, onde foi ouvido na comissão de inqué-rito às rendas na energia, afirmou que "questionar que o país tenha sido vítima de corrupção é questionar o inquestionável". Ao contrário do que acontece no Fundo Monetário Internaci-

A OCDE não tem regras que impeçam os seus quadros de trabalharem em temas sobre o país de origem

onal — onde o código de conduta estabelece que, para evitar conflitos de interesses, não é dese-jável que os quadros trabalhem em questões relacionadas com o seu país de origem — "a OCDE não tem regras em vigor que impeçam os economistas e analis tas de trabalharem em determi-nadas publicações por causa da sua nacionalidade", indica fonte oficial. Assim, Álvaro Santos Pereira coordenou os trabalhos do relatório sobre Portugal, como acontece com todos os países. O código de conduta da OCDE estabelece apenas, para todos os quadros, "a obrigação de tato e discrição" nas suas declarações públicas. Uma linha que o Governo, a julgar pela reação, acha

que foi ultrapassada SÓNIA M. LOURENÇO

#### PROPOSTAS DA OCDE

#### Travão às reformas antecipadas

O Governo deve continuar a apertar as condições de acesso as reformas antecipadas. Critica os recentes alívios nas penalizações para carreiras mais longas.

Menos taxas reduzidas no IVA Portugal tem demasiados bens e serviços tributados a taxas reduzidas de IVA.

#### Mais impostos sobre

o gasóleo São precisas mais medidas para promover o transporte público. Recomenda que se agravem os impostos sobre gasóleo, carvão e gás natural.

Limitar apoios à contratação Subsídios devem restringir-se aos trabalhadores que têm um risco muito elevado de desemprego de longa duração e pobreza extrema.

# Insolvências

e revitalizações facilitadas É preciso ir mais longe para facilitar o recurso a processos de insolvência e de revitalização de empresas.

#### Mais meios para o combate

à corrupção Organização quer tribunais especializados para corrupção e criminalidade económicofinanceira; redução das possibilidades de recurso dos acusados; mecanismos mais eficientes de confisco e venda dos ativos associados à corrupção; e mais formação e meios para Ministério Público e Polícia Judiciária

#### Melhor gestão nos tribunais

É preciso deslocar juízes para os tribunais que têm mais processos acumulados, atribuir assistentes técnicos especializados aos juízes e conferir major autonomia operacional aos tribunais.

### Mais concorrência nas profissões jurídicas É preciso aumentar a concorrência e criar um novo mecanismo

